ções sobre as seguintes matérias, consideradas de importância fundamental na vida da sociedade:

- a) A alteração dos estatutos;
- b) O aumento de capital social por novas entradas ou sua redução;
- c) A fusão, cisão, dissolução e transformação da sociedade;
- d) A aquisição, alienação e oneração de participações em outras sociedades.

Artigo 13.º

A mesa da assembleia geral será constituída por um presidente e um secretário.

Artigo 14.º

A mesa da assembleia geral será eleita por um período de três anos, sendo permitida a reeleição por um número indeterminado de vezes.

Artigo 15.º

O presidente da mesa determinará a forma de exercício de voto.

CAPÍTULO IV

Administração

Artigo 16.º

1 — A sociedade é gerida por um conselho de administração composto por um presidente e dois vogais.

2 — Os mandatos durarão três anos, sem prejuízo da possibilidade de destituição de qualquer administrador poder ser feita em qualquer altura pela assembleia geral.

3 — Qualquer administrador tem possibilidade de delegação de poderes nos casos previstos na lei.

Artigo 17.º

Ao conselho de administração compete o exercício dos mais amplos poderes de gestão, praticando todos os actos e exercendo todas as funções necessárias à realização do objecto social, e em especial:

- a) A representação da sociedade, activa ou passivamente, em juízo e fora dele;
- b) A negociação e outorga de todos os contratos, incluindo convenções de arbitragem, seja qual for o seu alcance e natureza, bem como a forma que revistam em que a sociedade seja parte;
- c) A compra, venda, oneração ou qualquer outra forma de disposição dos móveis e imóveis pertencentes à sociedade, incluindo viaturas automóveis;
- d) A obtenção de empréstimos, bem como a outorga das necessárias garantias, seja qual for a sua natureza e extensão;
- e) A confissão, desistência ou acordo em qualquer processo judicial;
- f) A constituição de mandatários sociais seja qual for o alcance e a extensão do mandato;
- g) A delegação de funções e poderes determinados, com o âmbito que for fixado na respectiva deliberação.

Artigo 18.º

1 — O conselho de administração só poderá deliberar estando presente a maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador fazer-se representar por outro nas reuniões, bastando para o efeito simples carta dirigida ao presidente.

2 — As deliberações serão tomadas por maioria dos votos, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

Artigo 19.º

Para obrigar a sociedade é necessário e suficiente a assinatura de dois administradores ou de um administrador e um procurador.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Artigo 20.º

1 — A fiscalização da sociedade fica a cargo de um fiscal único, que deve ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, eleito em assembleia geral por um período de três anos renováveis.

2 — Será eleito um fiscal único suplente, igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, que substituirá o efectivo nos respectivos impedimentos.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

21 de Dezembro de 2006. — O Segundo-Ajudante, *Fernando Pires*.

2007462788

MINDANÁLISE — LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE MINDE, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-GP/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 225/19801017; identificação de pessoa colectiva n.º 501098437; data de depósito: 20050622.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

21 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2010767080

M. LEÃO IMOBILIÁRIA — INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7899-GQ/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 505333880; data: 31082005; pasta n.º 1652/010530.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

10 de Fevereiro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2011113768

MMORE INTERNATIONAL B. V. — SUCURSAL EM PORTUGAL

Anúncio n.º 7899-GR/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4.ª Secção. Matrícula n.º 14 843; identificação de pessoa colectiva n.º 980334853; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 12/051221.

Certifico que foi constituída a sucursal em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1 — Apresentação n.º 12/051221 — Representação permanente.

Mmore International B. V.

Sede: Diemen, Holanda.

Objecto: a)

1) Importação e exportação, bem como comércio grossista de suportes de imagens, de som e de informação gravados e não gravados;

2) Produção e edição de produções multimédia;

3) Exploração da marca *Mmore*;

b) Constituição e aquisição de, participação em, colaboração com, direcção de, bem como financiamento de outras empresas, seja qual for a sua forma jurídica;

c) Dar e tomar dinheiro de empréstimo, gestão e disposição de bens de registo e constituição de garantias, também por dívidas de terceiros;

d) Realização de tudo o que esteja relacionado com o precedente ou possa promovê-lo, no sentido mais amplo.

Capital: 45 378,02 euros.

Sucursal:

Firma: Mmore International B. V. — sucursal em Portugal.

Sede: Lisboa, Rua do General Firmino Miguel, 3, torre 2, 1-A, freguesia de São Domingos de Benfca